

Banqueiro acha que País pode ter 30 anos de “escuridão”

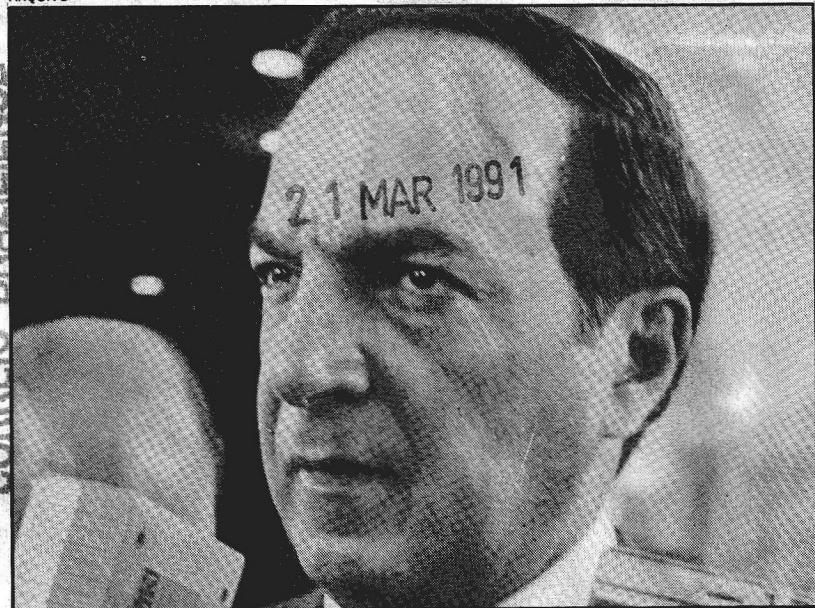
Da Sucursal

São Paulo — “Se o Governo não abrir a economia e não reestabelecer a credibilidade interna e lá fora, vamos ter 30 anos de escuridão”. Esta sombria previsão traduz o pessimismo com que o ex-ministro da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá, analisa a realidade do Brasil atual. Calmon de Sá, presidente do Banco Econômico, emitiu esta e outras opiniões ontem em São Paulo, ao avaliar e discutir “As Perspectivas da política econômica do Governo”, em palestra promovida pela Faculdade de Economia e Administração da USP.

O ex-ministro ressaltou que suas opiniões não significam uma postura crítica radical à equipe econômica do governo Collor, nem particularmente ao Presidente, de quem se considera amigo pessoal. Entretanto, disse que não se coloca entre os que acreditam na solução dos problemas brasileiros a curto prazo, embora se diga alinhado com os segmentos da sociedade que estão se mobilizando para ajudar o Governo a encontrar a luz no fim do túnel. “Pode-se dizer que os mecanismos de controle, hoje, são melhores. Mas não vejo nada no horizonte dentro de cinco a seis anos”, afirmou.

A solução dos problemas emergenciais, como a inflação e a retomada do crescimento econômico, só será possível a partir do momento em que o Governo conseguir resgatar a confiança a população de seus credores, ratificou o presidente do Banco Econômico. O governo Collor,

ARQUIVO



Calmon de Sá diz que só a credibilidade do Governo salva o País

na avaliação do ex-ministro, poderia ter evitado tamanho rombo de credibilidade se, logo nos primeiros dias, tivesse mostrado a transparência prometida no palanque. “O Presidente devia ter ido à televisão e mostrar a verdadeira situação do País. E dizer, também, que uma parcela dos problemas tem uma forte conotação cultural, porque o brasileiro gasta mais do que ganha”.

O Governo, porém, ainda tem pelo menos uma alternativa política para controlar a dívida pública, como sugere Calmon. “O Presidente pode chamar os governadores, um a um ou em bloco, e mostrar a eles as entranhas do Governo. Assim, eles poderiam ter elementos mais realistas para administrar seus orçamentos e refletir melhor sobre os com-

promissos assumidos com o povo”.

Calmon de Sá disse também que o confisco da poupança foi uma violência necessária, porque o Governo não tinha como suportar o déficit público nos níveis em que estava, quando assumiu. “Foi, de fato, um desrespeito à ordem jurídica, que contou com o respaldo do Congresso”.

Para o presidente do Banco Econômico, o Governo precisa concentrar esforços no processo de privatização, que, por enquanto, padece da falta de administração eficiente. Isso se deve em parte, segundo ele, ao fato de que a equipe econômica do Governo é nova, “não tem experiência e, ao mesmo tempo, quer ser revolucionário”.